

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Dom Cláudio
reúne-se com
membros do Consun

*
Mais textos sobre
a crise no
Oriente Médio

ACORDO INTERNO

Sem proposta da Reitoria, professores estudam pareceres jurídicos

Na assembléia da APROPUC realizada na segunda-feira, 21/8, os docentes discutiram a situação causada pela falta de uma nova proposta para o texto do Acordo Interno por parte da Reitoria.

No início deste semestre, a diretoria da entidade reuniu-se com a Reitoria, que se prontificou a mandar um documento apontando novas alterações, com possíveis mudanças nas primeiras propostas. Tal atitude justifi-

cava-se em virtude do Termo de Ajustamento de Conduta, assinado entre a Fundação São Paulo e o Ministério Público (uma das cláusulas do documento previa a adequação dos acordos internos às normas das convenções sindicais).

Passado o prazo definido, nenhum texto foi entregue à associação, apesar dos contatos feitos posteriormente pela direção da entidade.

versidade, incorporando-se ao patrimônio jurídico dos trabalhadores da casa.

O *PUCviva* divulgará nos próximos dias os pareceres elaborados até o momento, para que os professores possam melhor opinar sobre a questão.

Funcionários encontram-se com Fundação São Paulo

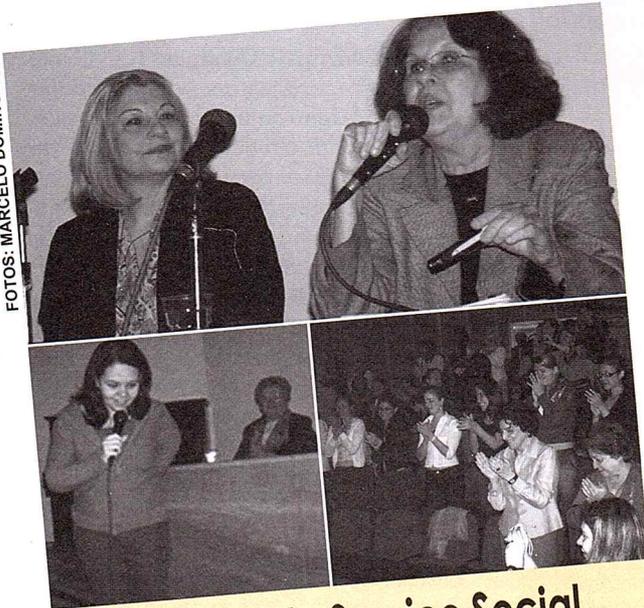
Na semana passada, diretores da AFAPUC reuniram-se com a Fundação São Paulo para discutir o corte dos dias parados anunciado pela Reitoria, bem como o seu Acordo Interno, denunciado pela Fundação e hoje em demanda judicial.

Como anunciado pelo vice-reitor administrativo Flávio Saraiva, a Reitoria deverá proceder ao corte dos dias parados na greve de 2004, conforme proposta apresentada anteriormente (40% em reposição de trabalho e 60% em dinheiro). O desconto seria efetuado já na folha de setembro, a ser paga em outubro.

Alguns possíveis encaminhamentos foram levantados na reunião com a Fundação São Paulo, e estão sendo avaliados pela diretoria da entidade, que deverá comunicá-los na assembléia que acontece nesta terça-feira, 29/8, às 14h, na sala 239.

Parecer jurídico

Diante da situação, os professores podem tomar outras atitudes, uma vez que já estão sendo feitos estudos pelo departamento jurídico da entidade. Tais estudos indicam que, dada a vigência do Acordo Interno, ele se constituiu como regimento interno de trabalho da uni-



70 anos de Serviço Social

A Faculdade de Serviço Social iniciou as comemorações de seus 70 anos com um evento no Tuca. No alto, o discurso da diretora Maria do Socorro Reis Cabral, ao lado da reitora Maura Vêras. À esquerda, uma aluna se pronuncia, tendo ao fundo a ex-prefeita de São Paulo e também ex-professora da PUC-SP Luiza Erundina. À direita, a platéia do evento.

Querem o silêncio dos vivos

Na edição de 23 de agosto, d' O Estado de São Paulo, temos estampado o título: "Federação israelita pede inquérito contra Sintusp". A notícia começa assim: "Um estilhaço do conflito entre Israel e o Hezbollah veio parar no câmpus da Universidade de São Paulo. Ontem a Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisep) informou ter pedido à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado a instauração de inquérito policial contra o Sindicato dos Trabalhadores da USP, o Sintusp, "para apuração de atos discriminatórios e preconceituosos contra a comunidade judaica", que a entidade representa.

O pedido da Fisep se baseia em um panfleto que convocava para um ato a ser realizado no anfiteatro da USP. Segundo a matéria, o panfleto referia-se "às poderosas forças dos imperialistas e genocidas judeus". E continua: "Também é absurdo pedirem o fim de um país". O presidente do Sintusp foi aconselhado pelo advogado do sindicato a processar a Fisep "por atentado contra o direito de expressão".

Faz parte desse conflito a proibição do reitor da USP de utilização do anfiteatro. A autorização foi suspensa sob o argumento de que se tratava de "um ato contra a existência de Israel".

Do ponto de vista concreto da guerra, não é Israel que está sendo destruído, mas sim o Líbano. É claro que a questão histórica do Estado de Israel, que não pode ser confundido com o povo judeu, viria à tona, como parte da questão histórica da Palestina e do conjunto do Oriente Médio.

O objetivo da Fisep não é o de defender um país ameaçado de destruição, mas resguardar o direito do Estado israelita de bombardear casas, prédios, aeroportos, estradas, pontes, escolas etc. É claro que os defensores do massacre – Israel tem a capacidade militar para devastar em grande escala todo Oriente Médio – dirão que é justo se precaverem do que pode vir a ser no futuro. É flagrante a contradição – para sobreviver é preciso destruir e dominar. Isso não tem a ver com o povo judeu, que carrega as marcas do anti-semitismo nazista e do Holocausto, que poucos vêem como consequência do capitalismo. Tem a ver com a criação de um Estado em uma etapa da história marcada pelo imperialismo – fase de guerras e revoluções.

Não se pode esquematizar a equação montada pelo intervencionismo inglês e francês, no entre guerras, e depois reequacionada pelos Estados Unidos. Não há apenas uma guerra pontualiza-

da. Há um contexto bélico generalizado, marcado pelas ocupações norte-americanas no Afeganistão e no Iraque. Entrelaçam-se com a questão nuclear iraniana. Evidentemente, Israel é parte da equação dos Estados Unidos para o Oriente Médio, visivelmente empenhado em controlar as fontes de matéria-prima, cuja escassez entra nos cálculos militares das potências.

É comum atribuir às guerras razões étnicas, religiosas e até mesmo às loucuras humanas. Mas tais fatores não são as causas fundamentais. São as forças produtivas e as fronteiras nacionais, na forma da grande propriedade capitalista e dos Estados nacionais, que levam às guerras. Para se posicionar corretamente perante as conflagrações dessa natureza, e combater a barbárie de nosso tempo, é preciso ver o comando imperialista das forças produtivas. A consciência não deve se prender ao fato de pertencer a esta ou aquela nacionalidade, mas se orientar pelo fim das condições que levam às guerras de dominação, ou de libertação. Nesse sentido, são decisivos os movimentos de massa e a livre manifestação do pensamento contra a guerra de Israel ao Líbano.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

ENCONTRO

Conselheiros reúnem-se com Dom Cláudio Hummes

Na quarta-feira, 23/8, as professoras Madalena Peixoto, Salma Tannus Muchail, Mariângela Belfiore, os funcionários Nalcir Antonio e Maria Helena Borges, os estudantes Eric Calderoni e Fernando Brito, junto com a Reitoria, encontraram-se com o grã-chanceler Dom Cláudio Hummes para debater a situação da universidade.

O encontro, ao qual o *PUCviva* não teve acesso, foi decidido no primeiro semestre, quando os conselheiros discutiam a estreita margem de decisão que coube aos órgãos colegiados após a intervenção da Fundação São Paulo.

No início da reunião, os conselheiros mostraram sua apreensão a Dom Cláudio, lembrando que a partir do início de 2006 as decisões sobre os rumos da PUC-SP passaram a ser tomadas unilateralmente pela Fundação São Paulo, sem a participação da comunidade. Dom Cláudio assegurou que foi forçado a adotar tal postura, uma vez que a situação era insustentável, acumulando-se um déficit mensal de R\$4 milhões. Para ele, o esforço do Consun não foi suficiente.

Demissões

Quanto a possíveis demissões, tanto Dom Cláudio como a reitora Maura Vêras afirmaram que, no momento, não existe nenhuma lista de dispensa de professores ou funcionários. O grã-chanceler, porém, levantou a hipótese de mudanças na estrutura da universidade no futuro.

Dom Cláudio ligou a autonomia da universidade à peça orçamentária. "Devemos observar, conversar e ouvir sobre outros modelos de universidade, outras consultorias, e refazer nossos estatutos". Quanto ao Termo

de Ajustamento de Conduta (TAC) Dom Cláudio disse acreditar que as metas poderão ser discutidas em conjunto com a universidade, entendendo também que o próprio Ministério Público deverá ser flexível na interpretação dos itens que compõem o documento. O padre José Rodolfo propôs que seja formada uma comissão com dois membros do Consun, dois da Reitoria e dois da Fundação, para a elaboração de uma proposta de novo estatuto da universidade, exigência da TAC que deve ser cumprida até 31/12.

O relato do encontro deverá ser discutido na próxima reunião do Consun, que acontece nesta quarta-feira, 30/8.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - *PUCviva* na Internet: www.apropucsp.org.br.

Líbano e Cisjordânia seqüestrados pelo terror

Franklin Goldgrub

Em seu número 584, o *PUCvi-va* publicou dois artigos de teor bastante desigual. O editorial contém afirmações que variam da desinformação à distorção pura e simples. Nasrallah, Assad e Ahmadinejad, mesmo torcendo o nariz para o estilo, típico de uma certa esquerda, o assinariam sem hesitação.

Não houve qualquer genocídio no Líbano. Mas haveria em Israel se não fossem os abrigos. Israel lançou folhetos e propagou avisos por rádio pedindo aos libaneses que se afastassem dos locais de onde o Hezbollah disparava seus foguetes. O Hezbollah bombardeou indiscriminadamente, visando matar o maior número possível de civis, enquanto usava a população civil libanesa como escudo para demonizar Israel. De acordo com a Convenção de Genebra, trata-se de um duplo crime de guerra.

É impossível saber se o número de mortos registrado pelo governo do Líbano se refere efetivamente a não-combatentes. O Hezbollah, via de regra, não divulga suas baixas, e os operadores de foguetes não usam uniformes nem armas.

Acumulam-se provas de que em Qana os *katiushas* foram disparados do edifício onde se abrigavam mulheres e crianças, para atrair a resposta da aviação israelense. Detectou-se um intervalo de sete horas entre o bombardeio e o de-

sabamento – em que os moradores não saíram (ou não puderam sair?) por razões ignoradas. Um fotógrafo libanês da Reuters foi afastado por maquiagem fotografias dos bombardeios israelenses em Beirute. Apenas dois exemplos da manipulação de informação.

A mídia passa por alto que o Hezbollah armazena armas e munição em moradias, clínicas, mesquitas, escolas, lojas e depósitos, de onde dispara contra civis israelenses. As baixas são comparáveis nos dois países – sendo menor o número de mortes em Israel, onde não há concentração humana sem abrigos subterrâneos por motivos óbvios.

Israel deplora com sinceridade os mortos e feridos libaneses que são atingidos ao proteger as plataformas de *katiushas*; o Hezbollah comemora toda e qualquer morte causada por seus foguetes.

A análise feita pelo professor Erson Martins de Oliveira acerca da história do conflito é tão realista como um delírio. Israel foi criado pelo trabalho de imigrantes que desde o final do século XIX enfrentaram condições extremamente adversas: terra árida ou pantanosa, doenças como malária e tracoma, escassez de água e insumos. Mesmo assim, a agricultura, o artesanato, a construção de cidades e estradas gerou um desenvolvimento que atraiu considerável imigração dos habitantes de regiões vizinhas, hoje pertencentes ao Líbano, Síria e Jordânia.

A Inglaterra, detentora do mandato desde o fim do Império Oto-

mano, foi amplamente favorável à oligarquia local que se opunha à criação do estado judeu. As armas com que os 600 mil judeus israelenses se defenderam dos cinco exércitos invasores provieram da então República Socialista da Tchecoslováquia. Mais de 6 mil judeus pereceram na guerra de 1947/8, 1% da comunidade. Traduzindo para uma população como a brasileira, teríamos 1,7 milhões. Um dos primeiros países a votar em 1947 favoravelmente à criação de Israel foi a União Soviética.

Apesar dos esforços da propaganda filo-terrorista, não há como enquadrar Israel no modelo colonialista com que a hipocrisia europeia procura isentar-se da própria culpa e muito menos ver analogias entre Israel e o *apartheid* sul-africano. Os judeus não exploraram qualquer população nativa. Através da auto-proletarização, trocaram as profissões liberais e o comércio pelo trabalho braçal. Israel já recebeu mais de 10 mil judeus etíopes perseguidos em seu país, e é um cadinho de etnias – no país convivem árabes, drusos, beduínos, judeus africanos, eslavos, americanos, mediterrâneos, orientais, asiáticos, com direitos políticos iguais.

Israel é um país democrático – foi inútil a tentativa de comparar Sharon, primeiro ministro eleito, a Pinochet, Videla, Trujillo e similares; o DNA político dos tiranos sul-americanos é idêntico ao de

continua na página ao lado

continua na página ao lado

Saddam, Ahmadinejad, Mubarak, Assad e quetais.

Quem pratica o genocídio são as ditaduras muçulmanas. Atualmente em Darfur, Sudão, a minoria cristã está sendo massacrada pelo governo islâmico sem qualquer protesto da esquerda. Massacres semelhantes ocorreram na Síria, entre Egito e Iêmen, no conflito entre Jordânia e palestinos, na guerra civil libanesa dos anos 70, entre Irã e Iraque nos anos 80 e agora no Iraque entre xiitas e sunitas. Em todos, a mortandade ultrapassou a ordem da dezena de milhar e não raramente chegou à centena. Ahmadinejad, por sua vez, já propôs “varrer Israel do mapa”. E o Irã continua na ONU. Petróleo e petrodólares fazem milagres.

Como escreveu o professor José Arbex Júnior, as análises do conflito não são consensuais. Mas não há qualquer dúvida sobre a participação dos EUA na criação da Al Qaeda, o apoio americano a Saddam Hussein para derrubar os aiatolás iranianos e a convivência de Israel com o fortalecimento mili-

tar do Hamas (tido há 30 anos atrás como mais aberto a negociações do que a OLP).

Entretanto, é descabido traçar equivalências entre a barreira anti-terror construída por Israel e o “muro da vergonha” de Berlim. Quanto às resoluções contrárias a Israel, basta lembrar que o país que ocupa a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da ONU é a Líbia. Há pelo menos 35 anos estabeleceu-se uma maioria automática anti-sionista que determina o resultado das votações. E o Hezbollah não só desobedeceu à resolução referente a seu desarmamento como violou a fronteira, provocando o incidente que desencadeou o conflito. Quando não há guerra declarada, o termo correto é seqüestro e não “captura” de soldados.

Um trecho crucial do artigo *Tragédia sem fim no Oriente Médio* descreve os motivos das ditaduras da região para declarar guerra a Israel: “...provocar, artificialmente, surtos nacionalistas e religiosos, com o objetivo de desviar as atenções dos graves problemas provocados pelo autoritarismo, pela desigualdade social e pela corrupção”.

De fato, não se trata de uma guerra entre povos nem entre religiões. O povo árabe e o povo judeu, como quaisquer outros, podem conviver em harmonia. Entre países regidos por regimes democráticos, aliás, nunca há guerras. O conflito do Oriente Médio se dá entre ditaduras cílicas de seus privilégios e uma sociedade inteiramente diferente, cujo exemplo subversivo parece ameaçá-las profundamente.

A existência de Israel é benéfica para os povos árabe e iraniano, exatamente na mesma medida em que é catastrófica para os mandatários vitalícios: os generais, sheikhs, aiatolás, imãs, sultões e reis que os oprimem. Esse é o principal motivo de um confronto que já dura cem anos. Está na hora de perguntar pelas razões que até agora têm impedido uma certa esquerda de perceber algo tão óbvio.

Franklin Goldgrub é professor da Faculdade de Psicologia



ASSEMBLÉIA dos FUNCIONÁRIOS

29/8

terça-feira

sala 239 – 14h

- ⇒ Acordo Interno
- ⇒ Crise da universidade

Semana paralela contrapõe-se a atividades da Reitoria

Na semana passada, as entidades da PUC-SP deram seqüência às atividades de contraposição às comemorações organizadas pela Reitoria para os 60 anos da universidade.

Enquanto a Reitoria e seus convidados celebravam o aniversário em missa solene realizada no Mosteiro de São Bento, na terça-feira, 22/8, AFA-PUC, APG, membros do Consun e alguns outros professores discutiam os rumos da PUC-SP em meio à grande crise que atinge toda a comunidade. Apesar de encabeçarem a organização da Semana, os Centros Acadêmicos decidiram abdicar de seus lugares na mesa do debate. A APROPUC também não esteve presente, pois nenhum de seus representantes possuía disponibilidade de horário.

Na quarta-feira, 23/8, foi a vez do debate sobre a *Terceirização e Precarização do Trabalho*, que contou com a presença de Alex Ruillard (Gauche Revolutionnaire), Gabriel Casoni (USP), Pablito (Liga Estratégia Revolucionária) e um público muito interessado em discutir as condições de trabalho postas para a sociedade na conjuntura atual.

Quem não tem cão, caça com gato

Apesar do bom andamento das atividades, divergências entre os organizadores e outros em-

pecilhos dificultaram a plena concretização da programação.

A decisão dos CAs de não participar da atividade de terça-feira foi tomada a partir de uma discussão com a APG sobre o formato do debate e da mesa. Segundo eles, os representantes dos pós-graduandos não deixaram clara a forma de debate que se comprometeram a construir (veja quadro abaixo).

Os painéis sobre a Reforma Universitária, que seriam expostos em frente à Biblioteca, também não vingaram, pois de última hora, a APG cancelou a reserva e disponibilização de materiais para a exposição.

Além disso, ao longo do período de divulgação da Semana, estudantes relataram que cartazes contendo a programação foram arrancados das paredes da universidade. Perguntada sobre o que poderia ter acontecido com esses cartazes, Sandra Paulino, do PAC, declarou não estar sabendo, mas que iria verificar.

Na quinta-feira, 24/8, em homenagem aos professores demitidos, os estudantes exibiram em frente ao Tuca um vídeo produzido pelo movimento estudantil, que retratava a última grande manifestação ocorrida em maio deste ano, também em frente ao teatro.

Moção de repúdio ao debate de terça-feira, 22/8

O Conselho dos Centros Acadêmicos divulgou documento justificando sua ausência no debate no dia do aniversário da PUC-SP:

“[...] Não reconhecemos esse debate, que nos propusemos a construir em conjunto com a Associação dos Pós-Graduandos (APG) e outras entidades, por termos sido traídos. No dia combinado para decidirmos o formato da mesa e sua composição, a APG já estava com tudo pronto, sem que a voz dos estudantes tivesse sido ouvida.

A composição da mesa não tem o nosso acordo, pelo fato de a grande maioria dos nomes convidados ilustrar o significado das palavras opressão, hierarquização e exercício autoritário do poder, castrando a liberdade de expressão com sindicâncias, persegui-

ções políticas e mais tantas medidas que se opõem à universidade enquanto espaço de produção intelectual e exercício político.

Fomos golpeados pela APG, e em resposta não ficaremos em silêncio. A lógica desse golpe é a mesma aplicada pela Reitoria, a mesma que pretende formar “jovens talentos para as grandes empresas”, jovens talentos que não desenvolvam a análise crítica, mas que reproduzam alienadamente a submissão ao poder.

Que fique claro que o Conselho dos Centros Acadêmicos não legitima esse espaço, construído de forma unilateral pela APG e que foi incorporado à Semana Oficial, tendo sido divulgado no Jornal da PUC, órgão a serviço da Reitoria”.

Conselho dos Centros Acadêmicos

Rola na rampa

4.ª Mostra de Pesquisa em Educação

PUC-SP, USP, Unesp e Metodista vão somar as forças de seus programas de pós na área de Educação, para apresentar conjuntamente os trabalhos desenvolvidos em cada universidade. A 4.ª Mostra de Pesquisa em Educação tem como principal objetivo a troca de conhecimento entre essas universidades paulistas e, para ajudar nessa tarefa, será confeccionado um CD-ROM com todas as comunicações orais e pôsteres do evento, além de um caderno de resumos. A equipe da Videoteca estará presente para registrar as palestras. Uma delas, *A pesquisa na pós-graduação e seus impactos na Educação* (terça-feira, 29/8, às 9h30, no Tucarena) terá a presença das professoras Bernadete Gatti e Maria Malta Campos, ambas da PUC-SP. O encerramento acontece na quarta, 30/8, às 17h30, também no Tucarena, com o tema *Avaliação e Perspectivas da Área da Educação*. Na ocasião, estarão presentes Robert Verhime, da Capes, Antônio Joaquim Severino, da USP, e Odair Sass, da PUC-SP.

Ciclo de debates discute futebol

Um ciclo de debates centrado na história do Palestra Itália/ Palmeiras, se propõe a analisar a influência do futebol na consolidação da "paulistaneidade", e sua relação com a transição do rural para o urbano e a imigração italiana. Na terça-feira, 29/8, às 19h, na sala 134-C, haverá o debate *Imigração italiana e futebol – O caso Palestra Itália*. Para conferir a programação completa, entre em contato no número 3670-8559.

Eleições discentes para os conselhos

Os estudantes da FEA e do Direito terão a oportunidade de escolher seus representantes para o Conselho Universitário (Consun), Conselho de Administração e Finanças (CAF), Conselho Comunitário (Cecom) e Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), além de dois representantes para Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas (CCJEA). As eleições acontecem nesta quarta-feira, 30/8, e diversas chapas já foram inscritas. Informações nos centros acadêmicos 22 de Agosto ou Leão XIII.

Confira a programação da Videoteca

A Videoteca trará nesta semana os filmes *Os bons companheiros* e *Contos de Nova York*, como parte da mostra *Trajetória de Martin Scorsese*. Ambos serão exibidos nesta terça-feira, 29/8; o primeiro às 12h e o segundo às 17h. As sessões são gratuitas, abertas ao público em geral e acontecem no Auditório Banespa (térreo do Prédio Novo).

Lançamento do livro *Lembrar Esquecer*

A Editora 34 e o Centro Universitário Maria Antonia prepararam para esta quarta-feira, 30/8, às 19h30, um debate com os professores da PUC-SP Peter Pál Pelbart e Maria Rita Kehl, para complementar o lançamento do livro *Lembrar Esquecer*, da professora Jeanne Marie Gagnebin, do Departamento de Filosofia. O evento acontece no próprio Centro Universitário Maria Antonia, localizado no n.º 294 da rua homônima.

Movimento Antimanicomial se manifesta

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial divulgou na semana passada um manifesto sobre a Reforma Psiquiátrica Brasileira. O texto repudia as manifestações contrárias à Reforma, publicadas pela ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria). O movimento, que luta pelo fim dos manicômios que isolam os que estão em sofrimento mental do convívio social – valendo-se de práticas há muito ultrapassadas e condenáveis – foi atacado por se colocar em favor de uma reforma que aponta para mudanças neste quadro. Informações: www.foto1og.net/naam.